



Informações Trimestrais – ITR

Em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

André Luiz de Rezende

Diretor de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos
Negócios

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	69
-------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	76
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	79
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.052.194	2.256.916
1.01	Ativo Circulante	40.759	111.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.317	37.880
1.01.03	Contas a Receber	62	515
1.01.03.01	Clientes	0	509
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	6
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.480	1.486
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.480	1.486
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.900	71.580
1.01.08.03	Outros	1.900	71.580
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.900	71.580
1.02	Ativo Não Circulante	2.011.435	2.145.455
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	181.554	204.552
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	133.013	133.013
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	132.796	132.796
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	41.406	64.888
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	13.794
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	37.144	51.094
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.135	6.651
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	7.135	6.651
1.02.02	Investimentos	1.821.280	1.932.273
1.02.02.01	Participações Societárias	1.821.280	1.932.273
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	31.427	25.844
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.670.585	1.790.790
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	119.268	115.639
1.02.03	Imobilizado	63	47
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	63	47
1.02.04	Intangível	8.538	8.583
1.02.04.01	Intangíveis	8.538	8.583
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.538	8.583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.052.194	2.256.916
2.01	Passivo Circulante	4.517	74.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	784	338
2.01.01.01	Obrigações Sociais	784	338
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	784	338
2.01.02	Fornecedores	1.341	148
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.341	148
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.747	1.807
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.747	1.807
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.747	1.807
2.01.05	Outras Obrigações	645	72.258
2.01.05.02	Outros	645	72.258
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	426	72.048
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	219	210
2.02	Passivo Não Circulante	9.606	7.834
2.02.02	Outras Obrigações	478	1.207
2.02.02.02	Outros	478	1.207
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	478	1.207
2.02.03	Tributos Diferidos	2.501	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.501	0
2.02.04	Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.038.071	2.174.531
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.001.394	1.016.779
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	898.905	898.905
2.03.04.10	Dividendos à Disposição AGO	0	15.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-119.123	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	137.784	139.736

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-134.567	-124.701	46.041	237.263
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.207	-16.668	-2.733	-9.624
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-127.360	-108.033	48.774	246.887
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-134.567	-124.701	46.041	237.263
3.06	Resultado Financeiro	1.529	6.127	3.211	9.320
3.06.01	Receitas Financeiras	1.912	7.275	3.606	10.860
3.06.02	Despesas Financeiras	-383	-1.148	-395	-1.540
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-133.038	-118.574	49.252	246.583
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.501	-2.501	-662	-728
3.08.01	Corrente	0	0	-662	-728
3.08.02	Diferido	-2.501	-2.501	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-135.539	-121.075	48.590	245.855
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-135.539	-121.075	48.590	245.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-3,51403	-3,13902	1,25974	6,37399
3.99.01.02	PN	-3,51403	-3,13902	1,25974	6,37399
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-3,31590	-2,96200	1,18869	6,01463
3.99.02.02	PN	-3,64750	-3,25820	1,38650	6,84400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.561	-10.554
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.395	-6.996
6.01.01.01	Lucro Líquido	-118.574	246.583
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.146	1.150
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	108.033	-246.887
6.01.01.04	Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	0	-7.113
6.01.01.06	IR e CSLL pagos	0	-729
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-166	-3.558
6.01.02.01	Contas a Receber	509	404
6.01.02.02	Outros Ativos	-56	470
6.01.02.04	Fornecedores	1.193	-123
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	446	151
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-1.783	-4.282
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-484	0
6.01.02.11	Outros passivos	9	-178
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	71.523	70.559
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-16	-15.079
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-8.000	0
6.02.04	Dividendos Recebidos	79.539	85.638
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.525	-40.433
6.03.02	Dividendos Pagos	-77.151	-58.432
6.03.03	Partes Relacionadas	13.626	17.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.563	19.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.880	32.522
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.317	52.094

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-119.123	-1.952	-121.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-121.075	0	-121.075
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.952	-1.952	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.952	-1.952	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	-119.123	137.784	2.038.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12.938	0	0	-12.938
5.04.06	Dividendos	0	0	40	0	0	40
5.04.08	Distribuição Adicional de Lucro	0	0	-12.978	0	0	-12.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	249.171	-3.316	245.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.855	0	245.855
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.316	-3.316	0
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.316	-3.316	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	765.395	249.171	140.842	2.173.424

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-968	-1.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-968	-1.639
7.03	Valor Adicionado Bruto	-968	-1.639
7.04	Retenções	-1.146	-1.150
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.146	-1.150
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.114	-2.789
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-100.758	257.747
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-108.033	246.887
7.06.02	Receitas Financeiras	7.275	10.860
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-102.872	254.958
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-102.872	254.958
7.08.01	Pessoal	15.700	6.296
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.700	6.296
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.501	1.267
7.08.02.01	Federais	2.501	1.267
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	1.540
7.08.03.01	Juros	2	1.540
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-121.075	245.855
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-121.075	245.855

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.188.543	5.272.280
1.01	Ativo Circulante	1.255.610	1.445.243
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.789	442.495
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.068	15.062
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.068	15.062
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	16.068	15.062
1.01.03	Contas a Receber	890.216	898.269
1.01.03.01	Clientes	848.031	858.809
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	42.185	39.460
1.01.04	Estoques	16.566	20.510
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.107	46.389
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.107	46.389
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.864	22.518
1.01.08.03	Outros	21.864	22.518
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	2.215
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - Concessão	21.864	20.303
1.02	Ativo Não Circulante	3.932.933	3.827.037
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.021.801	2.814.707
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	133.013	133.013
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	132.796	132.796
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	112.866	126.268
1.02.01.03.01	Clientes	106.372	121.430
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.494	4.838
1.02.01.06	Tributos Diferidos	396.901	342.560
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	396.901	342.560
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	41.406	64.888
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	13.794
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	37.144	51.094
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.337.615	2.147.978
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	24.140	13.697
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	135.851	147.178
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.177.624	1.987.103
1.02.02	Investimentos	31.427	25.844
1.02.02.01	Participações Societárias	31.427	25.844
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	31.427	25.844
1.02.03	Imobilizado	385.030	370.105
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	383.740	352.537
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.290	17.568
1.02.04	Intangível	494.675	616.381
1.02.04.01	Intangíveis	494.675	616.381
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	427.842	556.630
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	66.833	59.751

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.188.543	5.272.280
2.01	Passivo Circulante	1.137.032	1.298.472
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	142.940	120.632
2.01.01.01	Obrigações Sociais	142.940	120.632
2.01.02	Fornecedores	464.349	433.503
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	464.349	433.503
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.714	102.852
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	117.041	241.298
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	117.041	241.298
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	117.041	241.298
2.01.05	Outras Obrigações	215.358	284.279
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.338	18.113
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.338	18.113
2.01.05.02	Outros	201.020	266.166
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	302	72.048
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	161.689	174.941
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	39.029	19.177
2.01.06	Provisões	120.630	115.908
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	120.630	115.908
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	120.630	115.908
2.02	Passivo Não Circulante	2.013.440	1.799.277
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	167.453	129.800
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	167.453	129.800
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	167.453	129.800
2.02.02	Outras Obrigações	182.973	152.335
2.02.02.02	Outros	182.973	152.335
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	478	1.207
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	178.428	147.841
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	4.067	3.287
2.02.03	Tributos Diferidos	83.182	78.140
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	83.182	78.140
2.02.04	Provisões	1.579.832	1.439.002
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.544.070	1.392.310
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.270	11.376
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	56.478	108.907
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.144.453	949.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	314.869	322.232
2.02.04.02	Outras Provisões	35.762	46.692
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	35.762	46.692
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.038.071	2.174.531
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.001.394	1.016.779
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	898.905	898.905

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	15.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-119.123	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	137.784	139.736

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.051.297	3.217.754	1.047.814	3.086.954
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-927.215	-2.816.580	-805.751	-2.362.146
3.03	Resultado Bruto	124.082	401.174	242.063	724.808
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-325.351	-600.773	-144.073	-355.279
3.04.01	Despesas com Vendas	-34.753	-121.117	-56.468	-129.982
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-331.998	-487.076	-61.034	-183.625
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	39.549	1.837	-28.137	-47.066
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.851	5.583	1.566	5.394
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-201.269	-199.599	97.990	369.529
3.06	Resultado Financeiro	15.216	37.895	-22.723	8.118
3.06.01	Receitas Financeiras	28.556	95.307	36.403	99.707
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.340	-57.412	-59.126	-91.589
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-186.053	-161.704	75.267	377.647
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	50.514	40.629	-26.677	-131.792
3.08.01	Corrente	-2.255	-11.532	-31.297	-135.164
3.08.02	Diferido	52.769	52.161	4.620	3.372
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-135.539	-121.075	48.590	245.855
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-135.539	-121.075	48.590	245.855
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-135.539	-121.075	48.590	245.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-3,51403	-3,13902	1,25974	6,37399
3.99.01.02	PN	-3,51403	-3,13902	1,25974	6,37399
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-3,31590	-2,96200	1,18869	6,01463
3.99.02.02	PN	-3,64750	-3,25820	1,38650	6,84400

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	115.030	386.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	290.073	435.133
6.01.01.01	Lucro Líquido	-161.704	377.647
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	120.404	129.937
6.01.01.03	(Ganho) ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	78.283	9.561
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-5.583	-5.394
6.01.01.05	Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	-1.006	-7.113
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	34.418	47.141
6.01.01.07	Constituição ou reversão de Provisões	284.089	13.845
6.01.01.08	IR e CSLL pagos	-22.431	-129.714
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.805	21.862
6.01.01.10	Juros Pagos	-16.374	-23.138
6.01.01.11	Dividendos propostos a pagar	0	499
6.01.01.12	Contingências	-53.828	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-175.043	-48.279
6.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-2.990	-10.540
6.01.02.02	Contas a Receber	-119.888	7.389
6.01.02.03	Outros Ativos	-13.113	-8.840
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	11.327	-5.861
6.01.02.05	Fornecedores	30.846	-30.338
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	22.308	21.433
6.01.02.07	Tributos a Pagar	-41.267	-22.814
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	2.622	51.419
6.01.02.12	Estoques	3.944	-3.288
6.01.02.13	Passivo Atuarial	-89.016	-46.839
6.01.02.15	Outros Passivos	20.184	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158.132	-203.881
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-280.998	-324.956
6.02.04	Juros Recebidos	120.651	118.747
6.02.05	Dividendos Recebidos	2.215	2.328
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-152.604	-10.797
6.03.02	Partes Relacionadas	13.950	8.816
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-175.583	-88.700
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	86.180	127.520
6.03.05	Dividendos Pagos	-77.151	-58.433
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-195.706	172.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.495	260.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.789	432.428

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531	0	2.174.531
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531	0	2.174.531
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-119.123	-1.952	-121.075	0	-121.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-121.075	0	-121.075	0	-121.075
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.952	-1.952	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	1.952	-1.952	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	-119.123	137.784	2.038.071	0	2.038.071

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507	0	1.940.507
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507	0	1.940.507
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12.938	0	0	-12.938	0	-12.938
5.04.06	Dividendos	0	0	40	0	0	40	0	40
5.04.08	Distribuição Adicional de Lucro	0	0	-12.978	0	0	-12.978	0	-12.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	249.171	-3.316	245.855	0	245.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.855	0	245.855	0	245.855
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.316	-3.316	0	0	0
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.316	-3.316	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	765.395	249.171	140.842	2.173.424	0	2.173.424

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	5.092.107	4.832.660
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.125.912	4.854.522
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-33.805	-21.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.556.735	-2.154.075
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.209.443	-1.753.014
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-390.239	-367.974
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	42.947	-33.087
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.535.372	2.678.585
7.04	Retenções	-120.404	-129.937
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-120.404	-129.937
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.414.968	2.548.648
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100.890	105.101
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.583	5.394
7.06.02	Receitas Financeiras	95.307	99.707
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.515.858	2.653.749
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.515.858	2.653.749
7.08.01	Pessoal	689.505	342.626
7.08.01.01	Remuneração Direta	689.505	342.626
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.882.490	1.972.172
7.08.02.01	Federais	1.882.490	1.972.172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.938	93.096
7.08.03.01	Juros	64.938	93.096
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-121.075	245.855
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-121.075	245.855

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pelo Grupo Celesc até 30 de setembro de 2012 foram de R\$276.909, sendo 4,54 % inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Investimento	30.09.2012		30.09.2011		Análise
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	226.980	81,97	209.413	84,33	8,39
Geração de Energia Elétrica	25.730	9,29	37.552	7,8	-31,48
Distribuição de Gás Natural	24.199	8,74	43.111	7,87	-43,87
Total	276.909	100	290.076	100	-4,54

2. Mercado Acionário

As Ações Preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o terceiro trimestre de 2012 com queda de 15,25%, enquanto que as ações ordinárias (CLSC3) apresentaram uma queda maior de 65,03%. Tal queda reflete, principalmente, os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e afetou o valor de mercado da maior parte das empresas do setor elétrico. O Índice de Energia Elétrica – IEE apresentou queda de 15,04% no terceiro trimestre de 2012 enquanto que o Índice Bovespa – IBOVESPA fechou o mesmo período com valorização de 8,87%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2012 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30/09/2012	Desempenho *	
		Variação %	
		3º TRI 2012	9M 2012
Celesc PN	R\$34,40	-15,25%	-5,05%
Celesc ON	R\$32,52	-65,03%	-60,34%
IBOVESPA	59.175	8,87%	4,27%
IEE	30.091	-15,04%	-7,73%

*cotações sem ajuste a proventos
Fonte: DRI/DPRI

Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc em 30 de setembro de 2012, conforme quadro acima, são os seguintes: R\$32,52 para cada Ação Ordinária (ON) e R\$34,40 para cada Ação Preferencial (PN).

3. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2012 com um quadro funcional de 3.636 empregados, sendo 75 na Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc H, 3.497 na Celesc

Comentário do Desempenho



Distribuição S.A. – Celesc D e 64 na Celesc Geração – Celesc G. O total de empregados representa um decréscimo de 0,05% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.638 empregados).

4. Mercado de Energia Elétrica

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o mercado de energia elétrica da Celesc D por classe de consumo:

Descrição	3 trim 2012 trim	3 trim 2011 trim	Variação Vertical		Variação Horizontal
			trim	trim	trim
			3 trim 2012	3 trim 2011	12-11
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)					
Residencial	364.390	372.442	34,3%	35,4%	-2,2%
Industrial	316.065	323.123	29,7%	30,8%	-2,2%
Comercial	227.961	210.751	21,4%	20,1%	8,2%
Rural	53.188	50.390	5,0%	4,8%	5,6%
Poder Público	35.901	28.980	3,4%	2,8%	23,9%
Iluminação Pública	22.235	21.451	2,1%	2,0%	3,7%
Serviço Público	17.409	16.099	1,6%	1,5%	8,1%
Subtotal	1.037.149	1.023.236	97,5%	97,4%	1,4%
Suprimento	26.571	27.431	2,5%	2,6%	-3,1%
TOTAL	1.063.720	1.050.667	100%	100%	1,2%
Consumo por Classe em MWh					
Residencial	1.111.530	1.093.244	28,6%	28,3%	1,7%
Industrial	1.160.889	1.193.404	29,9%	30,9%	-2,7%
Comercial	735.895	684.001	19,0%	17,7%	7,6%
Rural	274.329	262.314	7,1%	6,8%	4,6%
Poder Público	90.125	85.198	2,3%	2,2%	5,8%
Iluminação Pública	134.483	130.139	3,5%	3,4%	3,3%
Serviço Público	71.637	67.950	1,8%	1,8%	5,4%
Subtotal	3.578.888	3.516.250	92,2%	91,1%	1,8%
Suprimento	301.865	343.225	7,8%	8,9%	-12,1%
TOTAL	3.880.753	3.859.475	100%	100%	0,6%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$					
Residencial	327,83	340,68	122,7%	128,5%	-3,8%
Industrial	272,26	270,76	101,9%	102,1%	0,6%
Comercial	309,77	308,12	115,9%	116,2%	0,5%
Rural	193,89	192,10	72,5%	72,5%	0,9%
Poder Público	398,34	340,15	149,1%	128,3%	17,1%
Iluminação Pública	165,34	164,83	61,9%	62,2%	0,3%
Serviço Público	243,02	236,92	90,9%	89,4%	2,6%
Subtotal	289,80	291,00	108,4%	109,8%	-0,4%
Suprimento	88,02	79,92	32,9%	30,1%	10,1%
TOTAL	267,25	265,12	100%	100%	0,8%

5. Balanço Energético

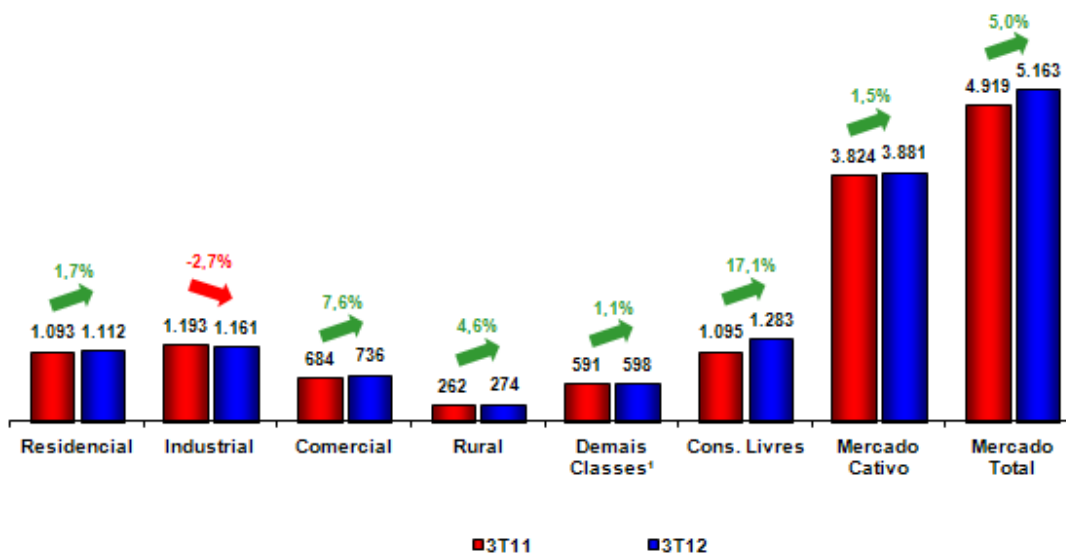
No terceiro trimestre de 2012, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, cresceu

Comentário do Desempenho



1,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 3.881 GWh (excluindo o consumo próprio que foi responsável por 2,8 GWh). Com relação ao mercado total (cativo + livres), o crescimento foi de 5,0%, atingindo 5.163 GWh.

Gráfico 1 - Comparação de Consumo de Energia em GWh



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda.

Não considera consumo próprio.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

O prejuízo do período apresentado pela Companhia, em 30 de setembro de 2012, foi de R\$121,1 milhões, que representa uma queda de 149,2%, se comparado ao mesmo período de 2011 (Lucro de R\$245,9 milhões).

O quadro a seguir demonstra, por meio dos principais indicadores econômicos, o desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional Bruta – ROB	5.125.912	4.854.522
Receita Operacional Líquida – ROL	3.217.754	3.086.954
Resultado das Atividades – RA	-205.184	364.135
Resultado Financeiro – RF	37.894	8.118
EBITDA ou LAJIDA	-82.296	492.741
Lucro Líquido do Período – LLP	-121.075	245.855
Margem das Atividades (RA/ROL)	-6,38%	11,80%
Margem Operacional Líquida (LLP/ROL)	-3,76%	8,00%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (LLP/(PL – LLP))	-5,61%	12,70%

A Receita Operacional Líquida – ROL, no terceiro trimestre de 2012, atingiu o montante de R\$3.217,8 milhões, acréscimo de 4,2%, se comparado com o mesmo período do ano de 2011 (R\$3.086,9 milhões). Este acréscimo deveu-se principalmente em função do crescimento de 3,0%

Comentário do Desempenho



de novas unidades consumidoras na Celesc D, do aumento do consumo em MWh de 2,5% e do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2011.

O resultado das atividades acumulado até o terceiro trimestre de 2012, no valor de R\$205,1 milhões negativo, foi inferior em 156,3%, se comparado com o mesmo período de 2011 (R\$364,1 milhões). Essa queda foi provocada pelo aumento de 84,9% nos gastos operacionais registrados na Celesc D. Este aumento deveu-se principalmente na rubrica Pessoal referente a Provisão do Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 no valor de R\$245 milhões e na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda com o despacho das usinas térmicas tendo como consequência o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD.

Como consequência do decréscimo no resultado das atividades o EBITDA (LAJIDA) também teve decréscimo 116,7%.

7. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais tem prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro abaixo:

Composição do Capital Social em Ações

Acionista	Base Acionária em 30.09.2012					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18%	191	0,00%	7.791.201	20,20%
PREVI	5.140.864	33,11%	437.807	1,90%	5.578.671	14,46%
Celos	1.087.374	7,00%	230.800	1,00%	1.318.174	3,42%
Fundo de Investimentos Geração Futuro	499.600	3,22%	3.090.085	13,41%	3.589.685	9,31%
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras *	4.233	0,03%	4.142.774	17,98%	4.147.007	10,75%
TP Partners Fund, LP	0	0,00%	1.494.505	6,49%	1.494.505	3,87%
Fundo de Investimentos Tarpon Investimentos	0	0,00%	3.487.013	15,13%	3.487.013	9,04%
MCAP Poland FIA	0	0,00%	2.629.300	11,41%	2.629.300	6,82%
Outros	1.004.056	6,47%	7.531.979	32,68%	8.536.035	22,13%
TOTAL	15.527.137	40,26%	23.044.454	59,74%	38.571.591	100,00%

Capital Social : R\$1.017.700.000,00

Capital Autorizado : R\$1.340.000.000,00

* Cia de Capital Aberto

Fonte: DRI/DPRI

8. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2012 representando 19,87% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.665.651 ações, na grande maioria, Ações Preferenciais.

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.665.651	19,87%
Investidores Nacionais	30.905.940	80,13%

9. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	8.976.560	57,81%	234.305	1,02%	9.210.865	23,88%
Conselho de Administração	5	0,00%	11	0,00%	16	0,00%
Outros Acionistas	6.550.572	42,19%	22.810.138	98,98%	29.360.710	76,12%
Totais	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.550.572	42,19%	22.810.138	98,98%	29.360.710	76,12%

“A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.”

10. Ações em Circulação

	Ações ON - CLSC3		Ações PN - CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.550.572	42,19%	22.810.138	98,98%	29.360.710	76,12%

Fonte: DRI/DPRI

Comentário do Desempenho



Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Companhia informa que o auditor independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionadas a atividades de auditoria externa.

Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, Capítulo X, artigo 67 “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como das demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de participação do Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

Florianópolis, 13 de novembro de 2012.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, (Companhia) CNPJ – 83.878.892/0001-55, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA S.A., em São Paulo.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, com atuação também no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais – ITR foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de novembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2012, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de setembro 2012		31 de dezembro 2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	-	100,00	-
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	-	100,00	-
Fundo Exclusivo Celesc (FIDC)*	-	100,00	-	100,00

*FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Mercantis

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de setembro 2012		31 de dezembro 2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS)	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A. (Painel)	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética (Xavantina)	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética (Bandeirante)	-	25,00	-	25,00
Coligadas (não consolidadas)				
Dona Francisca Energética S.A. (DFESA)	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (Cubatão)	40,00	-	40,00	-

Notas Explicativas

2. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

2.1. Das Concessões

A controlada Celesc D, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 56, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula terceira o prazo para concessão de distribuição de energia elétrica da Celesc D vigorará até 07 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e do município de Rio Negro/PR.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade	Data de
		Instalada (MW)	Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,40	23/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,83	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,78	7/11/2016
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		81,15	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Notas Explicativas

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição a MP nº 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados. Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela MP nº 579, em regime de cotas, para as Distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR); e quando da prorrogação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

Usinas que possuem contratos de venda no Ambiente de Contratação Livre – ACL após 2012 deverão recompor esta energia mediante compra neste mesmo ambiente.

Conforme requerido pela MP nº 579 o Grupo protocolou seu pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para as concessões do contrato 56/1999 de Distribuição, e das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) em 15 de outubro de 2012, abaixo apresentamos as PCHs afetadas pela MP nº 579:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Total da Capacidade Instalada		70,20	

Notas Explicativas

Após a divulgação das condições de prorrogação a Companhia terá trinta dias para assinar o termo aditivo ao contrato de concessão. Caso este prazo não venha a ser atendido a concessionária será impossibilitada de obter a prorrogação da concessão, a qualquer tempo. Portanto, a Companhia possui a opção de não prorrogar os citados contratos de concessão em função das condições que venham a ser introduzidas pelo poder concedente e agentes reguladores, ficando estas concessões disponibilizadas ao poder concedente para novas licitações.

Conforme definido no DP nº 7.805, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou, em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, os valores das indenizações e disponibilizou às empresas os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Somente em 6 de novembro de 2012, o Grupo tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME-MF nº 580, de 1º de novembro de 2012.

Concessão de Distribuição – Contrato de Concessão nº 056/1999

A redução da tarifa em função da MP nº 579 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

A MP nº 579 e o DP nº 7.805 não definiram um cronograma de datas para a divulgação das condições de prorrogação dos contratos de concessão das distribuidoras. Até esta data não há informações no que tange a estes contratos de distribuição por eventuais novas condições contratuais e operacionais que venham a ser introduzidas pelos agentes públicos responsáveis.

Concessões de Geração – Contrato de Concessão nº 055/1999

A tarifa proposta para as pequenas centrais hidrelétricas consideram os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, entre outros. No quadro abaixo a Companhia informa as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os seus empreendimentos:

Central Geradora	Localidade	Potência para efeito de definição do GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW.ano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	192,37890
Salto – Rio Itajaf-Açu	Blumenau/SC	6,28	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	226,23572

Notas Explicativas

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou que a Companhia tem direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98.494.

Essas usinas representam 86,51% da potência instalada da Celesc Geração S.A. e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

O valor residual contábil em 30 de setembro de 2012 dos empreendimentos citados acima é de R\$292.807, o que representa 5,64% do total do ativo consolidado do Grupo naquela data.

A receita atualizada estimada para o exercício de 2012 destas PCHs representam 0,17% da receita bruta consolidada do Grupo.

A Administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizando diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a ratificação ou não da prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012. Assim, após a decisão da Administração serão reconhecidos os respectivos efeitos contábeis e as divulgações necessárias.

A Companhia também está analisando as tarifas propostas e as demais condições contratuais visando à adequação dos custos operacionais e de estrutura frente ao novo cenário regulatório.

A Companhia convocou, para o dia 30 de novembro de 2012, os seus Acionistas para a Assembléia Geral Extraordinária – AGE com o objetivo de deliberarem sobre a possível prorrogação das concessões de geração abrangidas pela MP nº 579.

Adicionalmente, a MP encontra-se em análise pelo Congresso Nacional e é passível de alterações.

3. Base de Preparação

3.1. Declaração de Conformidade

3.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

3.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

Notas Explicativas

Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às informações trimestrais individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

3.1.3. Mudanças nas Práticas Contábeis e Divulgações

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.3.1. Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas

b) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

(c) Imposto de renda e contribuição social

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(d) Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 21. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

(e) Impairment de ativos não financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo para a preparação de suas ITR do período findo em 30 de setembro de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

5. Gestão de Risco Financeiro

5.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxas de juros de valor justo, de taxas de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

5.2. Risco de Mercado

5.2.1. Risco de Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a esse risco.

5.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

5.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela abaixo analisa os Passivos Financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2012			
Empréstimos	121.181	164.064	41.855
Fornecedores	464.349	-	-
Em 31 de dezembro de 2011			
Empréstimos	252.246	137.362	30.810
Fornecedores	433.503	-	-

5.5. Riscos Operacionais

5.5.1. Risco quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema, poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

5.5.2. Risco de não Prorrogação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Caso as concessões não sejam prorrogadas a Companhia será indenizada pelos investimentos ainda não amortizados.

5.6. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Notas Explicativas

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2012.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (*)			7,2%	9,0%	10,8%
	Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	16.068	1.157	1.446	1.735
	Contas a Receber não Circulante	106.372	7.659	9.573	11.488
	Empréstimos e Financiamentos	(284.494)	(20.484)	(25.604)	(30.725)
WACC Regulatório (**)			7,50%	9,38%	11,25%
	Ativo Indenizável (Concessões)	1.939.273	145.445	181.807	218.168

(*) Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT V13 – (fechamento em 31/10/2012)

(**) WACC Regulatório– Custo Médio Ponderado de Capital definido pela ANEEL

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos saldos em 31 de dezembro de 2011 para comparabilidade:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI			9,28%	11,60%	13,92%
	Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	15.062	1.398	1.747	2.097
	Contas a Receber não Circulante	121.430	11.269	14.086	16.903
	Empréstimos e Financiamentos	(371.098)	(34.438)	(43.047)	(51.657)
WACC Regulatório			7,60%	9,50%	11,40%
	Ativo Indenizatório (Concessões)	1.727.727	131.307	164.134	196.961

5.7. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Descrição	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Total dos Empréstimos	284.494	371.098
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(246.789)	(442.495)
Dívida Líquida	37.705	(71.397)
Total do Patrimônio Líquido	2.038.071	2.174.531
Total do Capital	2.075.776	2.103.134
Índice de Alavancagem Financeira (%)	1,82	(3,39)

5.8. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- ❖ Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- ❖ Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, (Nível 2).
- ❖ Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2012. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	16.068	-	16.068
Ações	-	132.796	132.796
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Outros	-	217	217
Total do Ativo	16.068	133.013	149.081

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Notas Explicativas

Descrição	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	15.062	-	15.062
Ações	-	132.796	132.796
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Outros	-	217	217
Total do Ativo	15.062	133.013	148.075

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- ❖ Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- ❖ Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e Bancos	-	246.789	-	246.789
Títulos Públicos	16.068	-	-	16.068
Ações	132.796	-	-	132.796
Ativo Indenizável (Concessões)	-	2.199.488	-	2.199.488
Contas a Receber de Clientes	-	1.364.932	-	1.364.932
Outros	-	-	217	217
	148.864	3.811.209	217	3.960.290
Passivo				
Empréstimos	-	284.494	-	284.494
Fornecedores	-	464.349	-	464.349
	-	748.843	-	748.843

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria 31 de dezembro de 2011.

Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e Bancos	-	442.495	-	442.495
Títulos Públicos	15.062	-	-	15.062
Ações	132.796	-	-	132.796
Ativo Indenizável (Concessões)	-	2.007.406	-	2.007.406
Contas a Receber de Clientes	-	1.361.645	-	1.361.645
Outros	-	-	217	217
	147.858	3.811.546	217	3.959.621
Passivo				
Empréstimos	-	371.098	-	371.098
Fornecedores	-	433.503	-	433.503
	-	804.601	-	804.601

7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	709.368	726.718
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 1 e 90 dias	143.037	182.841
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 91 dias	512.527	452.086
	1.364.932	1.361.645

Todos os demais Ativos Financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são consideradas de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

Notas Explicativas

8. Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2012	2011	2012	2011
Recursos em Banco e em Caixa	2.162	192	60.390	31.036
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	34.155	37.688	186.399	411.459
	36.317	37.880	246.789	442.495

(*) As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

9. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2012	2011	2012	2011
Mantidos para Negociação				
Títulos Públicos	-	-	16.068	15.062
Ações Casan (*)	132.796	132.796	132.796	132.796
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
	133.013	133.013	149.081	148.075
Circulante	-	-	16.068	15.062
Não Circulante	133.013	133.013	133.013	133.013

(*) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do capital social da Companhia de Água e Saneamento – Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Companhia decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Dessa forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da investida. O custo histórico das ações da Casan é de R\$110.716.

Notas Explicativas**10. Contas a Receber de Clientes****a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Consolidado					
Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Consumidores					
Residencial	168.392	65.590	72.825	306.807	303.686
Industrial	300.980	36.114	299.188	636.282	637.392
Comércio, Serviços e Outros	114.366	23.364	63.787	201.517	198.928
Rural	26.413	5.005	9.161	40.579	41.224
Poder Público	27.325	2.854	33.293	63.472	62.266
Iluminação Pública	14.618	509	14.617	29.744	28.511
Serviço Público	10.976	111	944	12.031	10.919
	663.070	133.547	493.815	1.290.432	1.282.926
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	48.664	4.096	4.119	56.879	58.292
Outros Créditos	(2.366)	5.394	14.593	17.621	20.427
	46.298	9.490	18.712	74.500	78.719
	709.368	143.037	512.527	1.364.932	1.361.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (b)				(410.529)	(381.406)
				954.403	980.239
Circulante				848.031	858.809
Não Circulante				106.372	121.430

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A composição da PCLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	30 de setembro 2012	Consolidado 31 de dezembro 2011
Consumidores		
Residencial	72.815	69.184
Industrial	220.788	196.408
Comércio, Serviços e Outras	58.687	55.533
Rural	5.698	5.154
Poder Público	33.053	33.484
Iluminação Pública	13.632	13.209
Serviço Público	928	925
Concessionárias e Permissionárias	1.454	1.454
Outros	3.474	6.055
	410.529	381.406

Segue a movimentação da PCLD:

Descrição	Consolidado Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	381.406
Provisão Constituída no Período	39.540
Reversão de Provisão	(10.417)
Saldo em 30 de setembro de 2012	410.529

Notas Explicativas

No ano de 2009 a Celesc D efetuou plano de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A. e Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. Em 2011, as companhias destacadas entraram em recuperação judicial.

Com base no entendimento da Administração e na expectativa de recebimento a Companhia constituiu PCLD no montante total de R\$35.119.

11. Ativo Indenizável (Concessão)

	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Em Serviço	1.939.273	1.727.727
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia	1.873.484	1.664.261
Ativo de Concessão — Transmissão de Energia	65.789	63.466
Em Curso	260.215	279.679
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia	260.215	279.679
Total	2.199.488	2.007.406
Circulante	21.864	20.303
Não Circulante	2.177.624	1.987.103

Os contratos de concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contabilidade de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “recebíveis”.

12. Tributos a Recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011	31 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
ICMS (i)	-	-	41.449	46.491
PIS e COFINS (ii)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL (iii)	2.304	-	44.323	10.059
Outros	176	1.486	2.475	3.536
	2.480	1.486	88.247	60.086
Circulante	2.480	1.486	64.107	46.389
Não Circulante	-	-	24.140	13.697

(i) Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

(ii) Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

(iii) Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Notas Explicativas

13. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora	
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	
Em 31 de dezembro de 2011		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)		9.532
Rede Subterrânea (ii)		4.262
SC Parcerias S.A.(iii)		51.094
		64.888
Em 30 de setembro de 2012		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)		-
Rede Subterrânea (ii)		4.262
SC Parcerias S.A.(iii)		37.144
		41.406

Descrição	Controladora	
	Receitas Financeiras	
Em 30 de setembro de 2011		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)		1.493
SC Parcerias S.A.(iii)		5.620
		7.113
Em 30 de setembro de 2012		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)		324
SC Parcerias S.A.(iii)		4.196
		4.520

Descrição	Tributos a Recolher*	Tributos a Compensar*	Dividendos a pagar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado	
						Outros Passivos de Partes Relacionadas	
Em 31 de dezembro de 2011							
Governo do Estado de SC	47.236	46.491	15.725	7.673	-	-	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	-	-	9.532	-	-
Rede Subterrânea (ii)	-	-	-	-	4.262	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	51.094	-	-
Celos	-	-	-	-	-	-	18.113
	47.236	46.491	15.725	7.673	64.888		18.113
Em 30 de setembro de 2012							
Governo do Estado de SC	39.865	41.449	-	9.100	-	-	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	-	-	-	-	-
Rede Subterrânea (ii)	-	-	-	-	4.262	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	37.144	-	-
Celos	-	-	-	-	-	-	14.339
	39.865	41.449	-	9.100	41.406		14.339

Notas Explicativas

Consolidado			
Descrição	Tributos Deduções da Receita*	Receita de Vendas**	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2011			
Governo do Estado de SC	963.422	35.325	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	1.493
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	5.620
	963.422	35.325	7.113
Em 30 de setembro de 2012			
Governo do Estado de SC	1.019.711	39.445	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	324
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	4.196
	1.019.711	39.445	4.520

*As operações com tributos referem-se ao ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

**A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL por meio da resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

(i) Empréstimo para o Tesouro Estadual

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1985 e 1986, corrigido por OTN, BTN e UFIR até a extinção em 2000, e após, atualizados até 31 de dezembro de 2010 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano, capitalizados mensalmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em 22 de abril de 1988.

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia firmou termo de acordo de extinção de débitos com o Governo do Estado de Santa Catarina. De acordo com esse termo, a liquidação dos empréstimos cedidos pela Companhia ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina ocorrerá mediante a compensação de dividendos futuros a serem propostos com base nos lucros futuros. O saldo devedor será corrigido à taxa de 10% a.a. capitalizado mensalmente.

Do saldo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$36.702, foi liquidado com as retenções de dividendos dos exercícios de 2009 e 2010, nos valores de R\$14.039 e R\$14.855 respectivamente, e o saldo remanescente atualizado de R\$9.532 foi liquidado durante o exercício de 2012 com a retenção de dividendos referentes ao exercício de 2011. Esta operação não afetou o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

Notas Explicativas

(iii) SC Parcerias S.A.

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SC Parcerias.

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Administradores				
Honorários	4.645	2.440	5.259	4.650
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	95	493
Encargos Sociais	1.110	425	1.437	531
Outros	91	169	246	230
	5.846	3.034	7.037	5.904

14. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Controladas				
Celesc D	1.347.555	1.484.444	-	-
Celesc G	323.030	306.346	-	-
	1.670.585	1.790.790		
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	77.865	77.293	-	-
ECTE	41.403	38.346	-	-
	119.268	115.639		
Coligadas				
DFESA	31.427	25.844	31.427	25.844
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	31.427	25.844	31.427	25.844
	1.821.280	1.932.273	31.427	25.844

Notas Explicativas

a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora					
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido ajustado	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 30 de setembro de 2012						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.347.555	4.397.432	(131.061)
Celesc G	43.209	100%	100%	323.030	410.600	8.684
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	134.056	240.983	22.953
SCGás	45.476	17%	51%	185.983	327.733	9.841
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	136.463	371.064	24.248
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	-
Em 31 de dezembro de 2011						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.484.444	4.497.271	287.410
Celesc G	43.209	100%	100%	306.346	395.301	13.805
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	124.158	233.504	30.008
SCGás	45.476	17%	51%	176.147	311.553	43.988
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)

Descrição	Consolidado					
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido ajustado	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 30 de setembro de 2012						
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	136.463	371.064	24.248
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	-
Em 31 de dezembro de 2011						
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.484.444	306.346	38.346	77.293	25.844	1.932.273
Integralizações	-	8.000	-	-	-	8.000
Dividendos Creditados	(5.828)	-	(4.031)	-	-	(9.859)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.061)	8.684	7.088	1.673	5.583	(108.033)
Saldo em 30 de setembro de 2012	1.347.555	323.030	41.403	77.865	31.427	1.821.280

Notas Explicativas

15. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição	Reservatórios, Barragens e Adutoras						Obras em Andamento	Total
	Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.202	169.246	37.911	54.506	70.672	17.568	370.105	
Custo do Imobilizado	20.202	185.914	44.800	77.053	71.015	17.568	416.552	
Depreciação Acumulada	-	(16.668)	(6.889)	(22.547)	(343)	-	(46.447)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.202	169.246	37.911	54.506	70.672	17.568	370.105	
Adições	405	2.120	4.803	26.706	19.761	-	53.795	
Baixas	-	-	-	-	(20.822)	(16.278)	(37.100)	
Depreciação	-	(732)	(90)	(907)	(41)	-	(1.770)	
Saldo em 30 de setembro de 2012	20.607	170.634	42.624	80.305	69.570	1.290	385.030	
Custo do Imobilizado	20.607	188.034	49.603	103.759	69.954	1.290	433.247	
Depreciação Acumulada	-	(17.400)	(6.979)	(23.454)	(384)	-	(48.217)	
Saldo em 30 de setembro de 2012	20.607	170.634	42.624	80.305	69.570	1.290	385.030	

16. Intangível

Descrição	Controladora			
	31 de dezembro 2011	Adições	Amortizações	30 de setembro 2012
Contrato de Concessão ECTE	8.583	-	(45)	8.538

Descrição	Contratos de Concessão (a)					Total
	Celesc D	SCGÁS	Softwares Adquiridos	Ágios	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	523.590	33.040	2.746	57.005	-	616.381
Custo Total	941.444	67.261	2.746	61.592	-	1.073.043
Amortização Acumulada	(417.854)	(34.221)	-	(4.587)	-	(456.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	523.590	33.040	2.746	57.005	-	616.381
Adições	36.892	4.668	41	-	8.192	49.793
Baixas	(12.034)	(111)	-	-	-	(12.145)
Amortizações	(113.947)	(3.536)	(5)	(1.146)	-	(118.634)
Transferência	(40.720)	-	-	-	-	(40.720)
Saldo em 30 de setembro de 2012	393.781	34.061	2.782	55.859	8.192	494.675
Custo Total	925.582	71.818	2.787	61.592	8.192	1.069.971
Amortização Acumulada	(531.801)	(37.757)	(5)	(5.733)	-	(575.296)
Saldo em 30 de setembro de 2012	393.781	34.061	2.782	55.859	8.192	494.675
Taxa Média de Amortização %	15	10				

Os ágios gerados na aquisição da SCGÁS e da ECTE serão amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas.

Notas Explicativas

(a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composto pelos ativos da distribuição de energia elétrica e gás natural, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicáveis.

Referente à Celesc D a ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

17. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido

a) Composição do IRPJ e CSLL Diferidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	98.342	116.921	-	-	98.342	116.921
Provisão para Perdas em Ativos	31.641	32.543	-	-	31.641	32.543
Benefício Pós-Emprego	260.030	191.647	-	-	260.030	191.647
Custo Atribuído	-	-	71.449	72.389	(71.449)	(72.389)
Outras Provisões	68.050	67.451	72.895	71.753	(4.845)	(4.302)
	458.063	408.562	144.344	144.142	313.719	264.420

	Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro
	2012	2011
Ativo	396.901	342.560
Passivo	(83.182)	(78.140)
Tributo Diferido Líquido	313.719	264.420

b) Apresentação dos Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

A partir do segundo trimestre de 2012 a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos ativos líquidos dos passivos quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços apresentados, os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos de 31 de dezembro de 2011 acima apresentados, foram reclassificados da conta passiva para a rubrica ativa.

Notas Explicativas

c) Período Estimado de Realização

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Até 1 ano	41.381	37.183
De 1 a 2 anos	70.360	62.800
De 2 a 3 anos	77.906	60.854
De 3 a 4 anos	68.774	61.362
De 4 a 6 anos	79.159	70.643
De 6 a 8 anos	66.179	59.080
De 8 a 10 anos	54.304	56.640
	458.063	408.562

A base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o Lucro Líquido da Companhia e o resultado do IRPJ e da CSLL.

Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

d) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de setembro 2011	30 de setembro 2012	31 de setembro 2011
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	(118.574)	246.583	(161.704)	377.647
Alíquota nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(40.315)	83.838	(54.979)	128.400
Adições e exclusões temporárias				
Valor Justo	2.501	-	-	-
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	36.731	(83.942)	(1.898)	(1.834)
Benefício Fiscal	-	-	4.627	365
Incentivo Fiscal	-	-	677	109
Juro sobre Capital Próprio	-	351	-	351
Multas Inedutíveis	-	-	6.415	174
Participação dos administradores	262	76	45	159
Outras adições (exclusões)	3.322	404	4.484	4.068
	2.501	728	(40.629)	131.792
Corrente	-	(728)	(11.532)	(135.164)
Diferido	(2.501)	-	52.161	3.372
	(2.501)	(728)	40.629	(131.792)

Notas Explicativas

e) Regime Tributário de Transição – RTT

O RTT possui vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008, conseqüentemente, para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social do período, e continua a utilizar as prerrogativas definidas no RTT.

18. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Taxa anual de juros e comissões - %	Consolidado	
		30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
BNDES	TJLP + 4,50	898	4.008
Empréstimos Bancários (a)	106% CDI /IRP+10,692	60.637	103.376
Eletrobrás (b)	5,00	157.602	151.092
Finame (c)	4,5 a 8,7	30.656	27.713
Debêntures (d)	CDI+ 1,30	17.677	21.484
FIDC – Celesc I (e)	CDI +0,95	17.024	63.425
		284.494	371.098
Circulante		117.041	241.298
Não Circulante		167.453	129.800

Os contratos de Empréstimo e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

a) Empréstimos Bancários

Em 03 de dezembro de 2007, a Celesc D, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento para Liquidação de Débitos junto a Celos, com aplicação de taxa de juros de 106% do CDI.

Em 14 de abril de 2011, a Celesc D, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com aplicação de taxa de juros de 10,692% a.a. mais Índice de Remuneração da Poupança – IRP.

Tal operação contempla o montante de R\$80 milhões para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuados pela ANEEL.

Em 25 de setembro de 2012, a Celesc D, utilizou R\$19.846 mil do limite de seu cartão corporativo do Banco do Brasil. Este empréstimo tem juros mensais de 0,77% e vencimento em novembro de 2012.

b) Eletrobrás

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural,

Notas Explicativas

sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D, destinando-se a compra de máquinas e equipamentos. Neste caso cada aquisição de equipamento constitui um contrato. A totalidade dos recursos deverá ser aplicada nos anos 2011 e 2012 e possui taxas de juros de 4,5% a.a. a 8,7% a.a.. O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, amortizados em 96 meses a partir de agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

d) Debêntures

Emissão em série única de 75 debêntures realizada pela ECTE, em 16 de março de 2011, no valor de R\$75.000, com prazo de vigência de 5 anos a contar da data de emissão. A espécie das debêntures é simples, não conversível em ações, escriturais e nominativas.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia (*over extra grupo*), calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6^o (sexto) mês, contado da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

O valor atualizado para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$57.236, sendo consolidado proporcionalmente na Companhia pelo montante de R\$17.677, que representa 30,88493% do saldo total.

e) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

O FIDC é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc D ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc D foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179 milhões. Os outros investidores foram entidades de previdência privada, com R\$11 milhões e uma instituição financeira, com R\$10 milhões, totalizando R\$200 milhões, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1 milhão, no sistema *bookbuilding*, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC Banking Corporation.

Notas Explicativas

De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Um a cinco anos	137.888	110.031
Acima de cinco anos	29.565	19.769
	167.453	129.800

19. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
ICMS	-	-	39.865	47.236
PIS e COFINS	-	-	20.902	24.884
REFIS (i)	2.225	2.960	2.225	2.960
IRPJ e CSLL	-	-	8.401	11.962
INSS Parcelamento	-	-	-	10.522
Outros	-	54	5.799	6.495
	2.225	3.014	77.192	104.059
Circulante	1.747	1.807	76.714	102.852
Não Circulante	478	1.207	478	1.207

(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei Federal nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos legais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

Notas Explicativas

A movimentação referente aos pagamentos efetuados em virtude do parcelamento está descrita no quadro a seguir:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.960	2.960
(-) Amortizações no Período	(735)	(735)
Saldo em 30 de setembro de 2012	2.225	2.225
Circulante	1.747	1.747
Não Circulante	478	478

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento. Enquanto o processo de consolidação não é concluído, a Companhia está quitando as parcelas prefixadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

20. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Programa de Eficiência Energética – PEE	177.547	159.159
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.530	53.921
Conta de Consumo de Combustível – CCC	12.609	23.590
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	68.576	63.111
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.323	15.448
Encargos do Consumidor a Recolher	1.926	1.901
Reserva Global de Reversão – RGR	7.067	4.181
Outros	1.539	1.471
	340.117	322.782
Circulante	161.689	174.941
Não Circulante	178.428	147.841

21. Provisão para Contingências

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:				
Tributária	24	24	-	-
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
Bloqueio Judicial	484	-	-	-
	7.135	6.651	6.627	6.627

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:				
Tributária	1.564	3.080	28.270	11.376
Trabalhistas	60.594	78.821	56.478	108.907
Cíveis	26.810	19.212	314.869	322.232
Regulatórias	46.316	46.065	35.762	46.692
Bloqueio Judicial	567	-	-	-
	135.851	147.178	435.379	489.207

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.651	6.627	147.178	489.207
Adições	484	-	24.237	48.256
Baixas	-	-	(35.564)	(102.084)
Saldo em 30 de setembro de 2012	7.135	6.627	135.851	435.379

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela área jurídica da Companhia e de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

Contingências Tributárias

Estão relacionadas as contingências de ordem tributárias na esfera municipal e estadual.

Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Em 24 de agosto de 2012 foi homologado acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Concórdia – STIEEC e a Celesc Distribuição S.A. referente ao processo nº 1129/1990 (URP) no valor de R\$36,1 milhões e encargos sociais (INSS) de R\$2,8 milhões, o que ocasionou em 30 de setembro de 2012 reversão de provisão de R\$44,6 milhões e baixa de depósito judicial de R\$26,0 milhões.

Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas

Notas Explicativas

Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

Perdas Possíveis, não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:		
Tributárias	1.320	1.385
Trabalhistas	2.665	1.149
Cíveis	16.031	14.635
Regulatório	15.144	9.133
	35.160	26.302

22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Planos Previdenciários	615.291	608.009
Plano Misto (a)	190.073	187.824
Plano Transitório (a)	425.218	420.185
Outros Benefícios a Empregados	649.792	457.694
Plano Celos Saúde (b)	318.346	351.928
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	54.544	73.254
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	245.134	-
Plano Pecúlio (e)	31.768	32.512
	1.265.083	1.065.703
Circulante	120.630	115.908
Não Circulante	1.144.453	949.795

Notas Explicativas

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada. Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto. Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 30 de setembro de 2012 a Celesc D havia quitado o débito com 850 beneficiários (780 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012

Visando à redução de custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas, a Diretoria Executiva da Celesc D, aprovou por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, o Plano de Adequação de Quadros – PAQ. O Programa de Demissão Voluntária – PDV faz parte do referido plano.

O PDV teve adesão de 734 empregados com um custo estimado a valor presente de R\$245,134 mil. O período de desligamento dos empregados inscritos se dará entre novembro de 2012 a junho de 2013.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores de referência de indenização por morte natural ou acidental (Plano Pecúlio), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Do total do capital subscrito no terceiro trimestre de 2012, 19,87% está representado por investidores estrangeiros, detendo um volume de 7.665.651 ações, na grande maioria preferenciais.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.864	33,11	437.807	1,90	5.578.671	14,46
Celos	1.087.374	7,00	230.800	1,00	1.318.174	3,42
Fundo de Investimentos Geração Futuro	499.600	3,22	3.090.085	13,41	3.589.685	9,31
Eletrobrás	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
TP Partners Fund LP	-	-	1.494.505	6,49	1.494.505	3,87
Fundo de Investimentos Tarpon Investimento	-	-	3.487.013	15,13	3.487.013	9,04
MCAP Poland FIA	-	-	2.629.300	11,41	2.629.300	6,82
Outros	1.004.056	6,47	7.531.979	32,687	8.536.035	22,13
	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Notas Explicativas

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

24. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionária	08.11.2011 à 31.12.2012	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2012 à 31.12.2012	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2012 à 31.12.2012	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2012 à 13.05.2013	20.000
SCGÁS	Resp. Civil Geral	Rede de Distribuição	18.10.2011 à 18.10.2012	6.000
ECTE	Fraude Corporativa	Diversos	31.12.2011 à 31.12.2012	5.000
ECTE	Riscos Nomeados	Diversos	21.12.2011 à 21.12.2012	11.800
ECTE	Resp. Civil Geral	Diversos	07.07.2012 à 07.07.2013	2.500
ECTE	Multiriscos	Incêndio, raio, explosão e vendaval	21.04.2012 à 21.04.2013	35.000
ECTE	Veículos	Casco	15.03.2012 à 15.03.2013	Valor Mercado 100% tabela FIPE
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2015	18.768

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes aos exercícios findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Em 30 de setembro 2012

Descrição	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	SC Gás	Outros	Total
Receita	-	3.075.107	49.808	76.361	16.478	3.217.754
Custo das vendas	-	(2.731.183)	(15.450)	(70.520)	573	(2.816.580)
Lucro bruto	-	343.924	34.358	5.841	17.051	401.174
Despesas com vendas	-	(118.564)	(1.757)	(796)	-	(121.117)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.668)	(447.965)	(10.581)	(2.190)	(9.672)	(487.076)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	4.728	(7.134)	(359)	4.602	1.837
Participação nos lucros de controladas	(108.033)	-	(1.306)	-	114.922	5.583
Lucro operacional	(124.701)	(217.877)	13.580	2.496	126.903	(199.599)
Receitas financeiras	7.275	86.460	1.242	192	138	95.307
Despesas financeiras	(1.148)	(53.989)	(268)	(117)	(1.890)	(57.412)
Lucro antes IR e CSLL	(118.574)	(185.406)	14.554	2.571	125.151	(161.704)
IR e CSLL	(2.501)	54.345	(5.870)	(898)	(4.447)	40.629
Lucro líquido do exercício	(121.075)	(131.061)	8.684	1.673	120.704	(121.075)
Informações suplementares						
Total dos ativos	2.052.194	4.334.832	408.110	55.715	101.564	
Total dos passivos	14.123	2.987.277	85.079	24.098	43.918	

Em 30 de setembro 2011

Descrição	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	SC Gás	Outros	Total
Receita	-	2.968.964	38.843	67.765	11.382	3.086.954
Custo das vendas	-	(2.293.100)	(16.373)	(54.016)	1.343	(2.362.146)
Lucro bruto	-	675.864	22.470	13.749	12.725	724.808
Despesas com vendas	-	(127.373)	(1.738)	(871)	-	(129.982)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.624)	(165.783)	(5.715)	(1.893)	(610)	(183.625)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(45.784)	(1.008)	(321)	47	(47.066)
Participação nos lucros de controladas	246.887	-	(153)	-	(241.340)	5.394
Lucro operacional	237.263	336.924	13.856	10.664	(229.178)	369.529
Receitas financeiras	10.860	85.707	1.486	1.382	272	99.707
Despesas financeiras	(1.540)	(87.437)	(138)	(425)	(2.049)	(91.589)
Lucro antes IR e CSLL	246.583	335.194	15.204	11.621	(230.955)	377.647
IR e CSLL	(728)	(118.599)	(5.152)	(3.959)	(3.354)	(131.792)
Lucro líquido do exercício	245.855	216.595	10.052	7.662	(234.309)	245.855
Informações suplementares						
Total dos ativos	2.183.438	4.475.503	369.063	60.340	88.790	
Total dos passivos	10.014	2.985.792	88.140	28.433	41.463	

Notas Explicativas

25.1. Receita Operacional Consolidada

	30 de setembro 2012	Consolidado 30 de setembro 2011
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	4.274.073	4.074.105
Fornecimento de gás natural (a)	91.967	78.061
Suprimento de energia elétrica (a)	111.635	111.396
Disponibilização da rede elétrica	266.934	234.253
Arrendamento e aluguéis	31.233	22.803
Renda de prestação de serviços	5.150	6.604
Serviço taxado	8.427	5.782
Outras receitas operacionais	922	2.442
Receita de financeira sobre o ativo indenizatório	116.601	114.171
Receita de construção	218.970	204.905
	5.125.912	4.854.522
Deduções da receita operacional		
ICMS	(1.019.711)	(963.422)
PIS	(83.847)	(75.402)
COFINS	(373.021)	(347.306)
ISS	(206)	(350)
Reserva global de reversão - RGR	(36.296)	(16.531)
Conta de desenvolv. energético - CDE	(155.908)	(139.029)
Conta consumo combustíveis - CCC	(201.326)	(190.587)
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(14.646)	(13.523)
Programa eficiência energética - PEE	(14.499)	(13.386)
Outros encargos	(8.698)	(8.032)
	(1.908.158)	(1.767.568)
Receita Operacional Líquida	3.217.754	3.086.954

a) Fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural

Descrição	Consolidado em 30 de setembro							
	2012		2011		2012		2011	
	nº de Consumidores(i)		MWh (i)		Receita Bruta		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica								
Residencial	1.916.645	1.859.697	3.501.856	3.374.577	1.436.765	1.377.511		
Industrial	90.256	85.042	3.700.785	3.879.538	1.341.997	1.348.192		
Comercial, Serviços e Outros	220.018	212.149	2.456.985	2.239.062	1.004.461	899.875		
Rural	229.788	228.958	882.145	833.602	208.789	195.240		
Poder Público	19.604	18.630	286.110	266.555	123.466	107.382		
Iluminação Pública	472	434	396.439	375.207	88.168	81.370		
Serviço Público	2.405	2.239	220.972	206.733	70.427	64.535		
Suprimento de Energia	61	50	1.204.879	1.243.556	111.635	111.396		
	2.479.249	2.407.199	12.650.171	12.418.830	4.385.708	4.185.501		
Fornecimento de Gás Natural								
Industrial	224	206	406.119	398.058	70.461	59.015		
Veicular	117	113	87.062	90.122	18.414	16.570		
Comercial	257	213	4.463	4.112	1.326	1.038		
Residencial	3.421	2.356	393	289	171	106		
Comprimido	18	18	9.327	9.355	1.595	1.332		
	4.037	2.906	507.364	501.936	91.967	78.061		

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas**25.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Consolidado em 30 de setembro 2012					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.148.138	-	-	-	2.148.138
Pessoal (b)	218.468	337.554	28.855	41.113	625.990
Administradores	1	7.001	35	-	7.037
Despesa Atuarial	-	38.954	-	-	38.954
Entidade de Previdência Privada (b)	12.133	3.855	1.536	-	17.524
Material	12.138	4.867	8	-	17.013
Custo de Construção	218.970	-	-	-	218.970
Gás Natural e Insumos p/ Operação de Gás	61.305	-	-	-	61.305
Custos e Serviços de Terceiros	43.025	49.409	41.390	475	134.299
Depreciação e Amortização	93.705	29.182	-	-	122.887
Provisões Líquidas	-	787	33.760	(54.641)	(20.094)
Taxa de Fiscalização ANEEL	1	-	-	8.395	8.396
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	831	831
Outros Custos e Despesas	8.696	15.467	15.533	1.990	41.686
	2.816.580	487.076	121.117	(1.837)	3.422.936

Consolidado 30 de setembro 2011					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.708.147	-	-	-	1.708.147
Pessoal (b)	219.967	87.449	31.768	12.647	351.831
Administradores	-	5.869	35	-	5.904
Despesa Atuarial	-	39.977	-	-	39.977
Entidade de Previdência Privada (b)	11.955	4.085	1.682	-	17.722
Material	16.960	4.911	4	-	21.875
Custo de Construção	204.905	-	-	-	204.905
Gás Natural e Insumos p/ Operação de Gás	42.741	-	-	-	42.741
Custos e Serviços de Terceiros	45.919	44.518	42.497	504	133.438
Depreciação e Amortização	109.808	18.797	-	1.331	129.936
Provisões Líquidas	-	99	21.862	13.746	21.707
Taxa de Fiscalização ANEEL	74	-	-	7.379	7.453
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	976	976
Outros Custos e Despesas	1.670	(22.080)	32.134	10.483	22.207
	2.362.146	183.625	129.982	47.066	2.722.819

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição			Consolidado	
	30 de setembro 2012	GWh (i)	30 de setembro 2011	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	314.031	3.349	266.925	3.537
Tractebel Energia S.A.	271.595	2.020	268.768	2.133
Furnas Centrais Elétricas S.A.	128.676	1.267	115.954	1.194
Cemig Geração e Transmissão S.A.	109.688	777	98.693	763
Termoelétricas Petrobrás S.A.	99.226	990	83.819	992
Companhia Energética de São Paulo – CESP	84.490	701	84.639	768
Copel Geração e Transmissão S.A.	81.957	717	87.839	822
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	56.715	537	61.327	615
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobrás CGTEE	35.160	288	39.623	311
Lages Bioenergética Ltda	28.348	145	26.073	144
Foz do Chapecó Energia AS	22.229	150	-	-
Companhia Energética Estreito	21.157	148	-	-
Arembepe Energia S.A.	17.333	181	-	-
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	17.029	181	12.757	181
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	15.310	208	14.229	208
Energética SUAPE II SA.	14.527	153	-	-
Companhia Energética de Petrolina – CEP	10.952	150	10.249	151
Serra do Facão Energia S.A.	10.385	70	-	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	8.082	78	8.627	89
Outros	145.704	1.650	130.407	1.581
	1.492.594	13.760	1.309.929	13.489
Encargo de Uso da Rede Elétrica	334.926	-	301.303	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	243.140	-	38.444	-
Proinfa (ii)	77.478	304	58.471	305
	655.544	304	398.218	305
	2.148.138	14.064	1.708.147	13.794

(i) Informações não auditadas

(ii) Programa de Incentivo a Fontes Alternativas

b) Pessoal

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Pessoal				
Remunerações	9.695	3.702	191.765	186.599
Encargos Sociais	-	-	73.811	72.810
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	7.616	12.709
Benefícios Assistenciais	-	-	19.906	18.482
Provisões e Indenizações	47	60	87.691	61.087
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	-	245.134	-
Entidade de Previdência Privada	-	-	17.524	17.722
Outros	112	37	67	144
	9.854	3.799	643.514	369.553

Notas Explicativas

25.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	2.279	3.704	17.907	22.191
Juros sobre Contas a Receber	324	1.493	43.297	37.347
Variações Monetárias	18	80	7.274	15.803
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	12.450	11.700
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	5.851	4.872
Rendas de Dividendos	504	3	504	3
(-) PIS/COFINS sobre Receita Financeira	(47)	-	(87)	-
Outras Receitas Financeiras	4.197	5.580	8.111	7.791
	7.275	10.860	95.307	99.707
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	19.501	25.771
Variações Monetárias	-	-	11.550	10.451
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	14.713	16.163
Outras Despesas Financeiras	1.148	1.540	11.648	39.204
	1.148	1.540	57.412	91.589

26. Informações Complementares da Celesc D

26.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Circulante	1.150.502	1.331.390
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.877	369.430
Títulos e Valores Mobiliários	16.068	15.062
Contas a Receber de Clientes	829.532	844.386
Estoques	15.291	19.239
Tributos a Recuperar	61.558	44.719
Outros Créditos	42.176	38.554
Não Circulante	3.184.330	3.086.370
Ativo Indenizável – Concessão	2.133.699	1.943.940
Contas a Receber de Clientes	106.170	121.376
Tributos Diferidos	396.444	342.097
Tributos a Recuperar	24.075	13.632
Depósitos Judiciais	128.410	140.305
Outros Créditos	1.751	1.430
Intangível	393.781	523.590
Total do Ativo	4.334.832	4.417.760

Notas Explicativas

	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Passivo		
Circulante	1.086.939	1.243.042
Fornecedores	437.536	410.377
Empréstimos e Financiamentos	110.251	235.162
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	141.136	118.920
Tributos e Contribuições Sociais	64.617	87.236
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	64.671
Taxas Regulamentares	160.688	174.071
Previdência Privada	14.339	18.113
Passivo Atuarial	120.533	115.908
Outros Passivos	37.839	18.584
Não Circulante	1.900.338	1.690.275
Empréstimos e Financiamentos	147.388	107.929
Taxas Regulamentares	178.428	147.841
Passivo Atuarial	1.144.453	949.795
Provisão para Contingências	427.594	482.235
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.347.555	1.484.443
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	425.025	430.853
Lucros / Prejuízos acumulados	(131.060)	-
Total do Passivo	4.334.832	4.417.760

26.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receita Operacional Líquida	3.075.107	2.968.964
Receita de Serviço de Energia Elétrica	2.860.036	2.770.670
Receita de Construção	215.071	198.294
Custos Operacionais	(2.731.183)	(2.293.100)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.516.112)	(2.094.806)
Custo de Construção	(215.071)	(198.294)
Lucro Operacional Bruto	343.924	675.864
Despesas Operacionais	(561.801)	(338.940)
Despesas com Vendas	(118.564)	(127.373)
Despesas Gerais e Administrativas	(447.965)	(165.783)
Outras Despesas Operacionais	4.728	(45.784)
Resultado do Serviço	(217.877)	336.924
Resultado Financeiro	32.471	(1.730)
Receitas Financeiras	86.460	85.707
Despesas Financeiras	(53.989)	(87.437)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(185.406)	335.194
IRPJ e CSLL		
Corrente	-	(120.531)
Diferido	54.345	1.932
Lucro Líquido do Exercício	(131.061)	216.595

Notas Explicativas

26.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receita Operacional Bruta – ROB	4.952.069	4.713.790
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.241.674	4.053.374
Suprimento de Energia Elétrica (a)	82.606	90.725
Disponibilização da Rede Elétrica	268.584	236.379
Outras Receitas Operacionais	45.683	35.388
Receita Financeira s/ o Ativo Indenizável	98.451	99.630
Receita de Construção	215.071	198.294
Deduções da Receita Operacional	(1.876.962)	(1.744.826)
ICMS	(1.003.534)	(950.551)
PIS	(81.374)	(73.771)
COFINS	(361.248)	(339.791)
Reserva Global de Reversão – RGR	(35.670)	(15.943)
Conta de Desenvolvemento Energético – CDE	(155.908)	(139.029)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(201.326)	(190.587)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(14.499)	(13.386)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(14.499)	(13.386)
Outros Encargos	(8.904)	(8.382)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.075.107	2.968.964

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Residencial	1.916.645	1.859.697	3.501.856	3.374.577	1.436.765	1.377.511
Industrial	90.241	85.032	3.496.427	3.643.365	1.311.214	1.328.809
Comercial	220.017	212.148	2.448.218	2.230.427	1.002.845	898.527
Rural	229.788	228.958	882.145	833.602	208.789	195.240
Poder Público	19.604	18.630	286.110	266.555	123.466	107.382
Iluminação Pública	472	434	396.439	375.207	88.168	81.370
Serviço Público	2.405	2.239	220.972	206.733	70.427	64.535
Total do Fornecimento	2.479.172	2.407.138	11.232.167	10.930.466	4.241.674	4.053.374
Suprimento de Energia	46	47	930.627	1.041.460	82.606	90.725
Total	2.479.218	2.407.185	12.162.794	11.971.926	4.324.280	4.144.099

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas

26.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.142.934	-	-	-	2.142.934
Pessoal	215.941	318.763	28.377	41.113	604.194
Administradores	-	557	-	-	557
Despesa Atuarial	-	38.954	-	-	38.954
Entidade Previdência Privada	12.116	3.820	1.523	-	17.459
Material	11.930	4.671	8	-	16.609
Custo de Construção	215.071	-	-	-	215.071
Custos e Serviços de Terceiros	40.164	44.648	41.352	475	126.639
Depreciação e Amortização	85.115	29.173	-	-	114.288
Provisões Líquidas	-	-	32.003	(54.641)	(22.638)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	8.083	8.083
Outros Custos e Despesas	7.912	7.379	15.301	242	30.834
	2.731.183	447.965	118.564	(4.728)	3.292.984

Descrição	30 de setembro 2011				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.710.201	-	-	-	1.710.201
Pessoal	214.725	78.833	31.327	12.647	337.532
Administradores	-	1.653	-	-	1.653
Despesa Atuarial	-	39.977	-	-	39.977
Entidade Previdência Privada	11.955	4.085	1.682	-	17.722
Material	16.413	4.754	2	-	21.169
Custo de Construção	198.294	-	-	-	198.294
Custos e Serviços de Terceiros	42.553	40.603	42.366	504	126.026
Depreciação e Amortização	100.569	18.769	-	-	119.338
Provisões Líquidas	-	-	16.661	13.746	30.407
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.075	7.075
Outros Custos e Despesas	(1.610)	(22.891)	35.335	11.812	22.646
	2.293.100	165.783	127.373	45.784	2.632.040

27. Informações Complementares da Celesc G

27.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2012		31 de dezembro 2011	
	2012		2011	
Circulante	20.753		27.231	
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.104	21.444		
Contas a Receber de Clientes	8.486	5.641		
Estoques	48	68		
Tributos a Recuperar	-	-		
Outros Créditos	115	78		
Não Circulante	387.357		368.069	
Tributos a Recuperar	65	65		
Outros Créditos	6	-		
Investimentos	16.893	12.437		
Intangível	2.713	3.786		
Imobilizado	367.680	351.781		
Total do Ativo	408.110		395.300	

Notas Explicativas

Passivo		30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Circulante		14.100	16.566
	Fornecedores	5.106	3.998
	Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	1	117
	Tributos e Contribuições Sociais	6.643	7.939
	Dividendos Propostos	-	2.830
	Taxas Regulamentares	215	186
	Partes Relacionadas	1.342	1.352
	Provisões para Contingências	787	-
	Outros Passivos	6	144
Não Circulante		70.979	72.389
	Tributos Diferidos	70.979	72.389
	Outros Passivos	-	-
Patrimônio Líquido		323.031	306.345
	Capital Social Realizado	108.000	100.000
	Reservas de Lucro	77.247	65.826
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	137.784	140.519
	Lucro/Prejuízo Acumulados	-	-
Total do Passivo		408.110	395.300

27.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receita Operacional Líquida	49.808	38.843
Receita	49.808	38.843
Custos Operacionais	(15.450)	(16.373)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(15.450)	(16.373)
Lucro Operacional Bruto	34.358	22.470
Despesas Operacionais	(20.778)	(8.614)
Despesas com Vendas	(1.757)	(1.738)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.581)	(5.715)
Outras Despesas Operacionais	(7.134)	(1.008)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.306)	(153)
Resultado do Serviço	13.580	13.856
Resultado Financeiro	974	1.348
Receitas Financeiras	1.242	1.486
Despesas Financeiras	(268)	(138)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	14.554	15.204
IRPJ e CSLL		
Corrente	(7.280)	(6.860)
Diferido	1.410	1.708
Lucro Líquido do Exercício	8.684	10.052

Notas Explicativas

27.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receita Operacional Bruta – ROB	60.197	43.631
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	31.168	20.732
Suprimento de Energia Elétrica (a)	29.029	22.899
Deduções da Receita Operacional	(10.389)	(4.788)
ICMS	(4.912)	(3.046)
PIS	(868)	(271)
COFINS	(4.379)	(1.252)
Reserva Global de Reversão – RGR	(230)	(219)
Receita Operacional Líquida – ROL	49.808	38.843

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	30 de setembro		30 de setembro		30 de setembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	nº de Consumidores(i)		MWh(i)		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	15	10	294.415	236.173	33.269	21.612
Comercial, Serviços e Outros	1	1	8.767	8.635	1.439	1.348
Suprimento de Energia	15	3	184.195	202.096	25.489	20.671
	31	14	487.377	446.904	60.197	43.631

(i) Informações não auditadas

27.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	6.730	-	-	-	6.730
Pessoal	1.641	7.591	-	-	9.232
Administradores	-	341	-	-	341
Material	123	131	-	-	254
Custos e Serviços de Terceiros	1.752	1.532	-	-	3.284
Depreciação e Amortização	5.063	-	-	-	5.063
Provisões Líquidas	-	787	1.757	-	2.544
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	831	831
Outros Custos e Despesas	141	199	-	6.303	6.643
	15.450	10.581	1.757	7.134	34.922

Notas Explicativas

Descrição	30 de setembro 2011				Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.183	-	-	-	2.183
Pessoal	4.843	3.530	-	-	8.373
Administradores	-	965	-	-	965
Material	468	91	-	-	559
Custos e Serviços de Terceiros	2.300	951	-	-	3.251
Depreciação e Amortização	6.037	-	-	-	6.037
Provisões Líquidas	-	-	1.738	-	1.738
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	976	976
Outros Custos e Despesas	542	178	-	32	752
	16.373	5.715	1.738	1.008	24.834

28. Eventos Subsequentes

28.1. Empréstimo

Visando atender as necessidades da Companhia, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para capital de giro da subsidiária Celesc D no valor de R\$110,0 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 6 (seis) meses para pagamento.

28.2. Recuperação Judicial do Consumidor Industrial TEKA

Em 26 de outubro de 2012 o consumidor industrial Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina.

Em 30 de setembro de 2012 o saldo em aberto a receber da TEKA e suas controladas somavam o montante de R\$56,3 milhões.

A Administração da Companhia está aguardando aprovação do Plano de Recuperação Judicial para avaliar os possíveis impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia em virtude de eventual não recuperabilidade do montante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1 Informações Complementares da Celesc D

1.1 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória (informações não auditadas)

	30 de setembro 2012	30 de setembro 2011
Receita Operacional Bruta	4.788.505	4.470.537
Fornecimento de Energia Elétrica	4.340.125	4.153.004
Suprimento de Energia Elétrica	82.606	90.725
Ativo/Passivo Regulatório	51.507	(44.959)
Disponibilização da Rede Elétrica	268.584	236.379
Arrendamentos e Aluguéis	31.322	22.844
Renda da Prestação de Serviços	5.150	6.604
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Serviço Taxado	8.427	5.782
Doações e Subvenções	576	-
Outras Receitas	208	158
Deduções da Receita Operacional	(1.865.364)	(1.778.293)
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	(1.003.534)	(950.551)
ISS	(206)	(350)
Reserva Global de Reversão - RGR	(35.670)	(15.943)
Cofins	(361.248)	(339.791)
Pis	(81.374)	(73.771)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(150.126)	(134.149)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(195.510)	(228.934)
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(14.499)	(13.386)
Eficiência Energética - PEE	(14.499)	(13.386)
Outros Encargos	(8.698)	(8.032)
Receita Operacional Líquida	2.923.141	2.692.244
Despesas Operacionais	(2.962.514)	(2.504.026)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.397.672)	(1.344.797)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Curto Prazo	(243.139)	(38.444)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(331.347)	(339.521)
Pessoal	(604.194)	(337.531)
Administradores	(557)	(1.653)
Entidade de Previdência Privada	(17.459)	(17.723)
Plano Atuarial	(38.954)	(39.977)
Material	(16.609)	(21.169)
Serviço de Terceiros	(126.639)	(126.026)
Depreciação/Amortização	(103.686)	(100.207)
Arrendamento e Aluguéis	(6.640)	(4.778)
Seguros	(1.762)	(2.570)
Tributos	(5.245)	(5.411)
Provisão	(85.180)	(67.772)
Reversão da Provisão	107.818	37.365
Taxa de Fiscalização ANEEL	(8.083)	(7.075)
Doações, Contribuições e Subvenções	(576)	-
Recuperação de Despesas	21.058	46.788
Proinfra	(67.769)	(64.327)
Outras Despesas	(35.879)	(69.198)
Resultado do Serviço	(39.373)	188.218
Receitas Financeiras	89.730	87.836
Renda de Aplicações Financeiras	14.650	15.767
Juros e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	42.973	35.854
Variações Monetárias	7.238	15.402
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	3.271	2.129
Incentivo Financeiro Fundo Social	12.450	11.700
Deságio Fornecedores	217	193
Desvalorização Cambial S/Energia Elétrica	5.851	4.872
Receita FIDC	1.032	1.045
Outras Receitas Financeiras	2.048	874

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Despesa Financeira	(55.754)	(88.011)
Encargos de Dívidas	(19.167)	(23.616)
Var. Monet. e Acrésc. Morat. s/ Energia Comprada	(10.656)	(4.494)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(14.713)	(16.163)
Variações Monetárias	(644)	(10.058)
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	(1.765)	(574)
Outras Despesas	(8.809)	(33.106)
Resultado Financeiro	33.976	(175)
Resultado Operacional	(5.397)	188.043
Resultado Não Operacional	472	13.263
Receita Não Operacional	20.359	13.537
Despesa Não Operacional	(19.887)	(274)
Lucro/Prejuízo Antes do IRPJ e da CSLL	(4.925)	201.306
Provisão p/ Imposto de Renda e Contribuição Social		(120.531)
Imposto de Renda Diferido e Contribuição Social Diferida	(7.018)	47.454
Lucro/Prejuízo do Exercício	(11.943)	128.229

2 Ativos e Passivos Regulatórios (informações não auditadas)

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição	Saldo	
	30/06/2012	30/09/2012
CVA 2011 - Período de 08.08.2010 a 07.08.2011	1.033	-
CVA 2012 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2012	37.013	27.655
CVA 2013 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2013	-	97.488
Total da CVA	38.046	125.143

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Descrição	Ativos e Passivos Regulatórios					30/09/2012
	30/06/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	743	8.855	-	50	(748)	8.900
Conta de Desenv. Energético - CDE	14.539	4.727	-	229	(3.649)	15.846
Energia Comprada p/ Revenda	31.121	68.091	(5.480)	1.065	(4.273)	90.524
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	546	8.503	-	56	(549)	8.556
Uso da Rede Básica	1.374	6.252	-	92	(1.383)	6.335
Transporte de Energia de Itaipu	318	325	-	6	(82)	567
Proinfa	13.139	1.004	-	170	(2.298)	12.015
Total no Ativo	61.780	97.757	(5.480)	1.668	(12.982)	142.743
Parcelas Classif. no Ativo Circulante	61.780	97.757	(5.480)	1.668	(12.982)	142.743
PASSIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	(2.368)	(110)	-	(30)	413	(2.095)
Energia Comprada p/ Revenda	(8.990)	-	8.719	(3)	45	(229)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(9.375)	(6.928)	-	(194)	2.717	(13.780)
Uso da Rede Básica	(1.928)	-	-	(13)	1.941	-
Transporte de Energia de Itaipu	(927)	(1.770)	-	(27)	1.228	(1.496)
Proinfa	(146)	-	-	(1)	147	0
Total no Passivo	(23.734)	(8.808)	8.719	(268)	6.491	(17.600)
Parcelas Classif. no Passivo Circulante	(23.734)	(8.808)	8.719	(268)	6.491	(17.600)
Saldo da CVA	38.046	88.949	3.239	1.400	(6.491)	125.143

b) Outros Ativos Regulatórios

Descrição	Outros Ativos Regulatórios					30/09/2012
	30/06/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	
Ativos Reg. - Outros Itens Financ. IRT	72.283	24.669	-	-	(20.542)	76.410
Total	72.283	24.669	-	-	(20.542)	76.410
Ativo Circulante	72.283	24.669	-	-	(20.542)	76.410

c) Outros Passivos Regulatórios

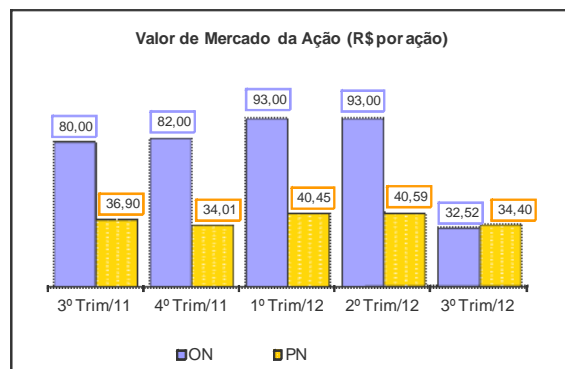
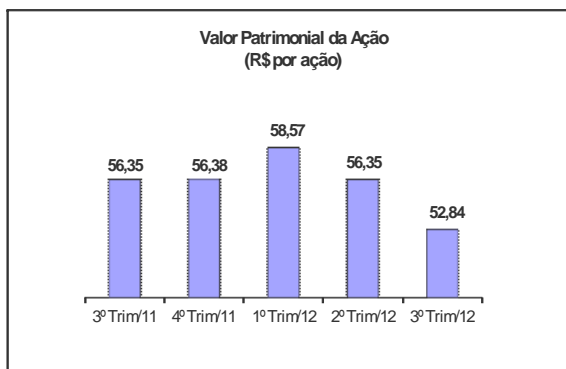
Descrição	Outros Passivos Regulatórios					30/09/2012
	30/06/2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	
Passivos Reg. - Neutralidade Parcela A	4.697	-	-	-	(4.697)	-
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	36.983	12.579	-	-	(8.260)	41.302
Total	41.680	12.579	-	-	(12.957)	41.302
Passivo Circulante	41.680	12.579	-	-	(12.957)	41.302

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

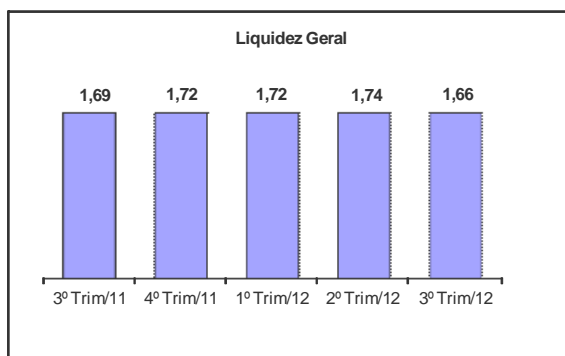
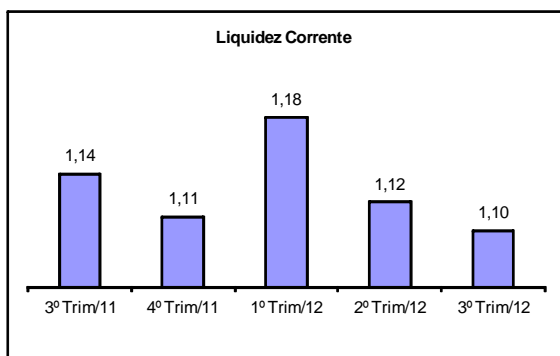


3 Indicadores Financeiros

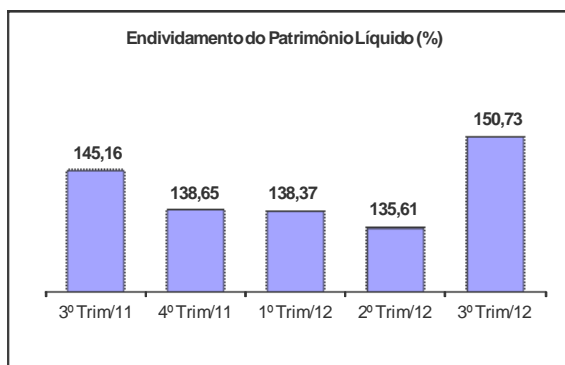
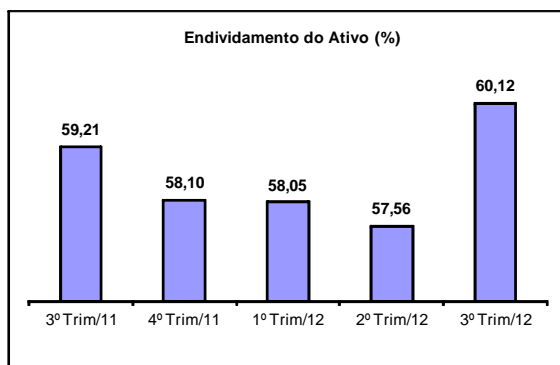
a) Patrimoniais



b) Liquidez



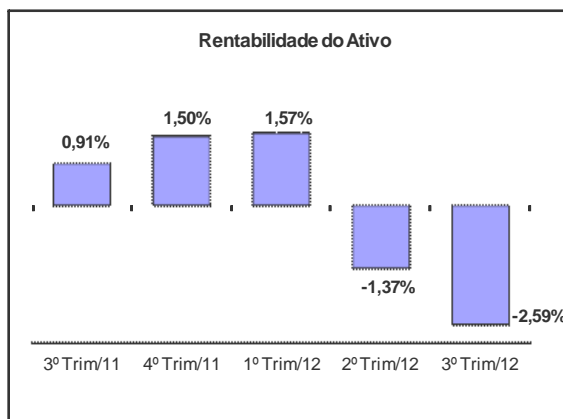
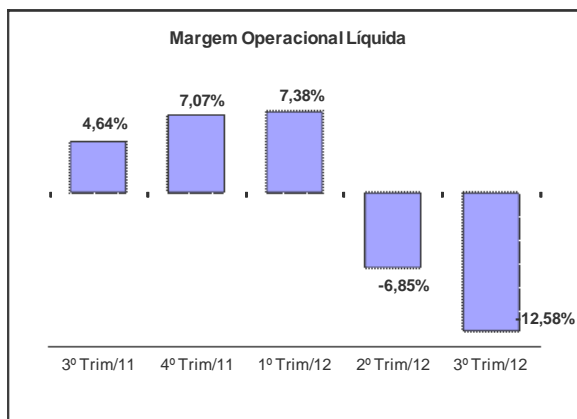
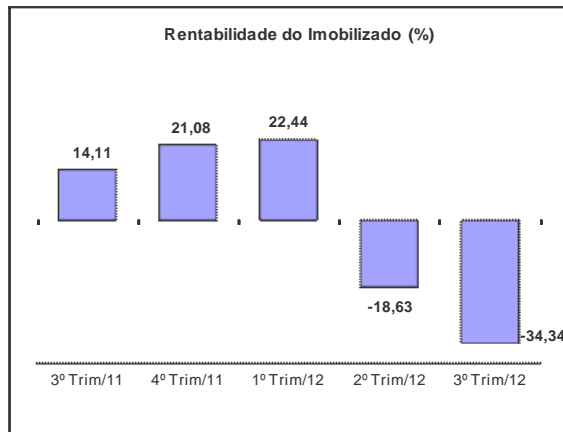
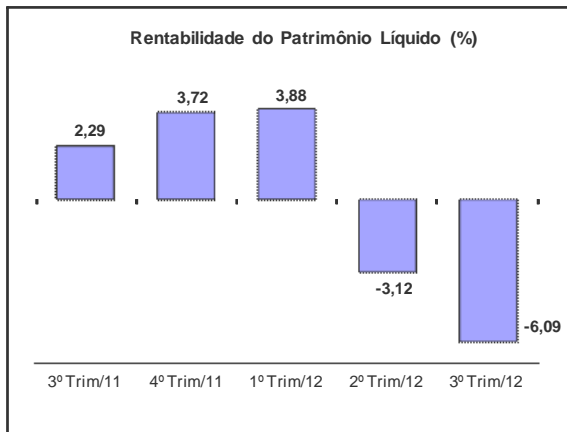
c) Endividamento



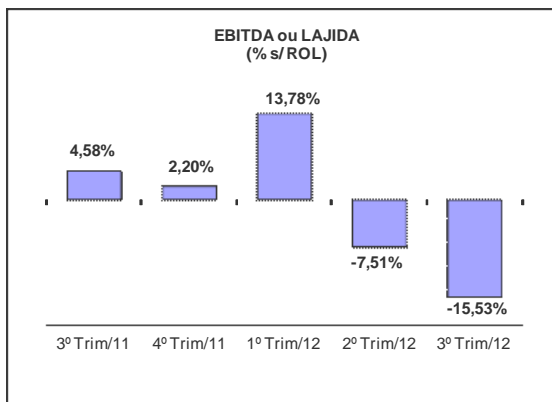
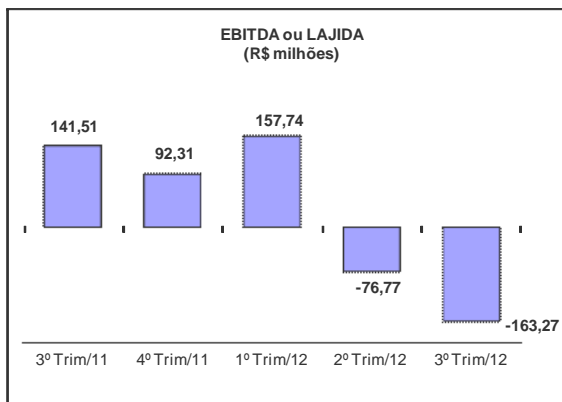
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



d) Rentabilidade



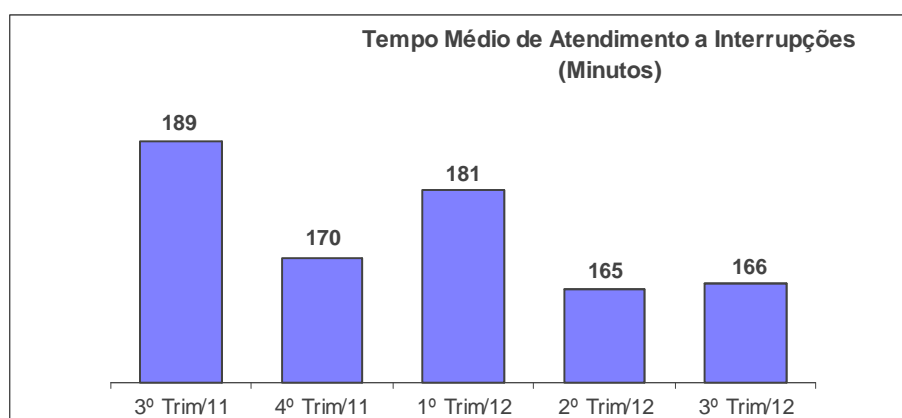
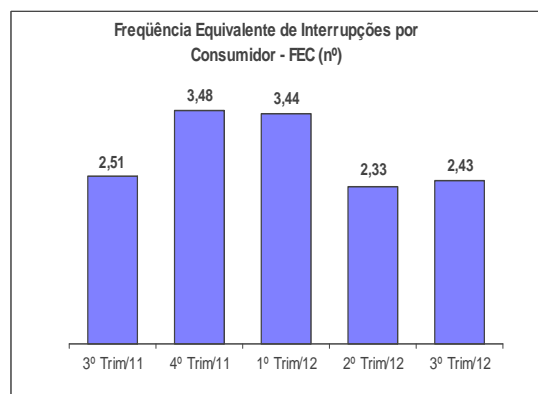
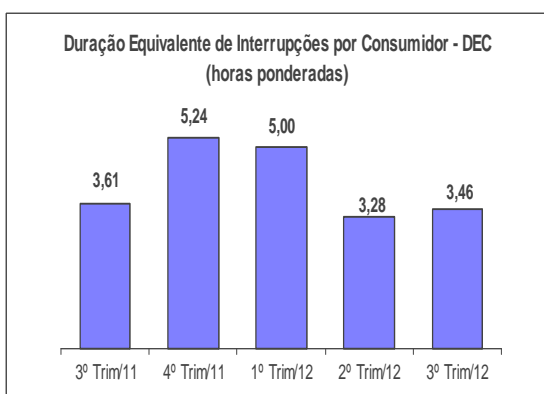
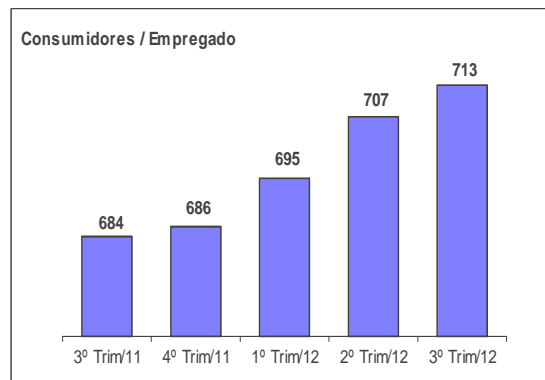
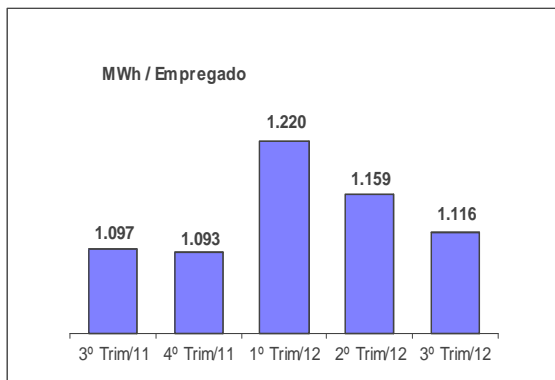
e) EBITDA ou LAJIDA



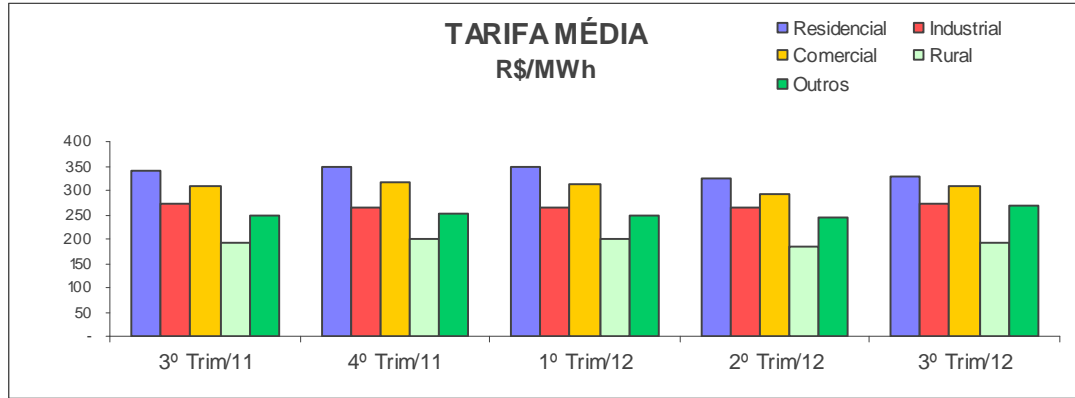
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



f) Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva individual e consolidada

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, no dia 11 de setembro de 2012, foi promulgada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579, as empresas que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do poder concedente e uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 15 de outubro de 2012, a Celesc Geração S.A. (subsidiária integral da Companhia) manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente a 7 (sete) de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), cujos vencimentos são como seguem: 1) Palmeiras - Rio dos Cedros (7/11/2016); 2) Bracinho – Schroeder (7/11/2016); 3) Garcia – Angelina (7/7/2015); 4) Cedros – Rio dos Cedros (7/11/2016); 5) Salto – Blumenau (7/11/2016); 6) Pery – Curitibaanos (9/7/2017); e 7) Ivo Silveira – Campos Novos (7/7/2015). Em 1º de novembro de 2012, através das Portarias Interministeriais 579 e 580, o Ministério de Minas e Energia, informou os valores das novas tarifas, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013, nos montantes de 1) Palmeiras - R\$120,87788 por kW ano; 2) Bracinho – R\$ 130,44562 por kW ano; 3) Garcia – R\$172,65642 por kW ano; 4) Cedros – R\$ 192,37890 por kW ano; 5) Salto – R\$192,48094 por kW ano; 6) Pery – R\$ 217,58880 por kW ano; e 7) Ivo Silveira – R\$ 226,23572 por kW ano e o valor da indenização dos ativos no valor de R\$98.494 mil. Em 30 de setembro de 2012, a Celesc Geração S.A. (subsidiária integral da Companhia) possuía saldo de ativo imobilizado para essas PCHs de R\$292.807 mil. A administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizando diversos estudos e projeções internos, a fim de concluir sobre a sua ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012, bem como para reconhecer os respectivos efeitos contábeis, e as divulgações necessárias. Em decorrência da incerteza na realização de parte dos ativos e passivos vinculados a esses contratos e os que possam depender do resultado das operações futuras, bem como, da limitação de informações disponíveis, dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à tomada de decisão sobre a assinatura do termo aditivo para a prorrogação dos contratos de concessão, e ainda, sobre a limitação das divulgações relativas a este assunto, não nos foi possível concluir sobre a realização dos respectivos ativos e passivos vinculados à aceitação ou não dos termos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL para renovação do prazo de concessão do contrato das PCHs anteriormente citadas.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

Exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para conclusão com ressalva, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

Exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para conclusão com ressalva, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase sobre a renovação da concessão de distribuição de energia elétrica

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1, que descreve sobre a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a MP 579, as empresas que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do poder concedente e uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc Distribuição S.A. (subsidiária integral da Companhia) manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente ao contrato de concessão ANEEL nº 56 de 22 de julho de 1999, cujo vencimento é 07 de julho de 2015. De acordo com a MP 579 o cálculo do valor de indenização correspondente as parcelas de investimentos vinculados aos bens reversíveis, não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição (VNR). As condições de indenização bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros sobre os valores das tarifas para as distribuidoras só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão de serviço público, o qual deve ser divulgado em um prazo de seis meses a partir da data da manifestação de renovação efetuada pela Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mudança da razão social

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A KPMG Auditores Associados revisou as demonstrações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, tendo emitido relatório datado em 10 de novembro de 2011 que não conteve modificação.

Florianópolis, 13 de novembro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Antônio Marcos Gavazzoni
Diretor Presidente

Michel Becker
Diretor de Geração e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda
Diretor Econômico Financeiro

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares
Diretor de Regulação de Gestão de Energia

Cleverson Siewert
Diretor de Distribuição

André Luiz Rezende
Diretor de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis, 13 de novembro de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos Auditores Independentes da empresa KPMG Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Antônio Marcos Gavazzoni
Diretor Presidente

Michel Becker Clairton Belém da Silva
Diretor de Geração e Transmissão Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda André Luiz Bazzo
Diretor Econômico Financeiro Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares Cleverson Siewert
Diretor de Regulação de Gestão de Energia Diretor de Distribuição

André Luiz Rezende
Diretor de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis, 13 de novembro de 2012.